Ata da reunião extraordinária nº 1590 do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina - UEL, realizada no dia 14 de outubro de 2025 (continuação).

No dia quatorze de outubro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de Administração, sob a presidência da Reitora, Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João Antonio Cyrino Zequi, Alan Salvany Felinto, Silvano Cesar da Costa, Miguel Belinati Piccirillo, Carrie Chueiri Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Inês Cristina de Batista Fonseca, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Orlando Mendes Fogaça Junior, Aurélio Pereira, Gabriel Veríssimo dos Santos Silvia Meletti, Zilda Andrade, Azenil Staviski, Ana Marcia Tucci de Carvalho, Leandro Altimari e Sérgio Carlos de Carvalho. Ausência justificada: Vice-Reitor Prof. Dr. Airton José Petris. Convidados: Luiz Claudio Buzeti, Angela Maria Sousa Lima, Alécio Fontes, Maria Claudia Rodriguez, Vitor Casagrande Duarte Santana, Lisiane Freitas de Freitas e Alberto Duran Gonzalez. A Reitora retomou a reunião iniciada no dia 08 de outubro, destacando que os primeiros pontos da pauta (até o item 15) já haviam sido votados na reunião passada, sendo considerados pontos vencidos. O debate seria retomado a partir do ponto 16, já discutido na reunião anterior. A Reitora propôs que os itens 16, 18, 19 e 20 fossem tratados na sequência, pois configuram-se no mesmo contexto orçamentário. Solicitou à equipe da PROPLAN e PROAF que realizassem uma apresentação sobre o orçamento (execução financeira atual e projeção para 2025 e 2026) para sanar dúvidas dos conselheiros sobre a composição orçamentária e a discussão dos projetos apresentados. Passou a palavra ao Diretor de Orçamento, Alécio Fontes, que informou que a apresentação do orçamento foi estruturada "do final para o começo", focando na demonstração dos dados de execução. Relatou que os dados de execução orçamentária são publicados trimestralmente no site da UEL, na seção de Transparência, em "Informações Contábeis e Orçamento Sintético". A análise inicial concentrou-se na Fonte 100/101 (Tesouro) e na Fonte 250 (recursos próprios). Em 2023 (quarto trimestre), o valor empenhado em Outras Despesas de Custeio (ODC) na Fonte 250 foi de R$ 12.351.000,00. A Fonte 250 é subdividida internamente em subfontes, como Compulsórios, Geradoras, Pós-graduação, Termos de Cooperação e os órgãos da reitoria/centros de estudos. O valor de R$ 6.797.000,00 foi definido como o recurso líquido. Este valor é obtido após a exclusão

de despesas como Vestibular, RPV e PASEP/Encargos, uma vez que historicamente (desde 2011) essas despesas não eram computadas para o cálculo do índice. A aplicação do valor empenhado nos Centros de Estudos (R$ 6.797.000,00) resulta em um percentual próximo de 10% e este percentual tem se mantido próximo ao valor destinado aos Centros de Estudos (12% pela Resolução CA) desde 2011. Em 2023, os Compulsórios ficaram em 41% (Resolução CA: 43%), Órgãos da Reitoria em 23% (Resolução CA: 30%) e Centros de Estudos em 11% (próximo de 12%). Em 2024, Centros de Estudos ficaram em 11,8%. O valor de R$ 6.797.000,00 apresentado é o valor empenhável (líquido) e, portanto, não contém a DREM (30% da receita bruta). A DREM, se houver o repasse, seria empenhada na Fonte 101 (Tesouro), pois é uma transferência de recurso. A receita própria arrecadada da UEL também inclui rendimento de contas, o que ele citou como sendo responsável pelo valor bruto atingir cerca de R$ 10 milhões. A LGU para 2025 está em torno de R 34,5 milhões a R 35 milhões. A LGU para 2026 projeta um aumento para cerca de R$ 37 milhões. A composição da LGU é ajustada anualmente com a saída de servidores, sendo que cada um que se aposenta gera um recurso de aproximadamente R$40 mil a R$ 42 mil anuais (mais reajustes), o que aumenta a rubrica para contratação de mão de obra terceirizada. A dívida patronal de 2025 está projetada em R$ 10 milhões. Para 2026, a dívida está projetada em R$ 17,8 milhões, com expectativa de atingir cerca de R$ 22 milhões. O pagamento da dívida está sendo feito com 72% de recurso da Saúde e 25% de recurso próprio (Fonte 250). Para 2026, foi feito um pleito ao orçamento (extra-orçamentário) para cobrir a parte do Tesouro necessária (cerca de R$ 4 milhões, via pedido de suplementação, já que se trata de dívida de exercícios anteriores. O pagamento do Tesouro realizado em 2022/2023 não foi suplemento, mas sim feito porque havia uma folga no orçamento do Tesouro. Prof. Azenil Staviski fez a apresentação através de multimídea, dos gastos executados pelos Centros de Estudos, referente aos anos de 2018 a 2024; participação dos gastos em relação a receita 250 e tesouro, referente a 2018 a 2024 e programação de pagamento da dívida patronal, conforme segue:

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2018 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	Soma RPV	Convênios
40	CLCH	358.406,49	42.301,53	103.680,00	504.388,02	27,65%	35.316,36	279.352,13
41	CCB	105.528,11	127.094,11	9.549,31	242.171,53	13,27%	85.245,16	1.666.929,56
42	CCE	207.770,19	48.895,12	17.491,32	274.156,63	15,03%	8.954,97	644.960,82
43	CECA	146.702,58	47.571,21	4.270,00	198.543,79	10,88%	1.160,35	243.155,95
44	CTU	82.994,66	39.944,03	-	122.938,69	6,74%	76.823,99	151.854,77
45	CCA	83.815,23	57.516,63	115,00	141.446,86	7,75%	235.463,27	611.944,25
46	CESA	58.577,55	50.237,95	-	108.815,50	5,96%	46.801,76	62.711,93
47	CCS	133.375,93	26.336,65	-	159.712,58	8,75%	56.701,66	814.667,45
48	CEFE	44.008,40	20.531,42	7.664,00	72.203,82	3,96%	68.271,15	384.589,20
Total Geral		**1.221.179,14**	**460.428,65**	**142.769,63**	**1.824.377,42**	**100,00%**	**614.738,67**	**4.860.166,06**
Part %		**92,17%**		**7,83%**	**100,00%**			**-**

1

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2020 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	RPV	Convênios
40	CLCH	193.970,13	10.309,63	-	204.279,76	33,40%	30.887,31	316.847,47
41	CCB	41.121,24	46.121,11	15.080,71	102.323,06	16,73%	389.151,65	388.505,88
42	CCE	37.682,11	16.448,35	17.815,34	71.945,80	11,76%	22.409,27	406.602,59
43	CECA	25.105,30	7.335,50	-	32.440,80	5,30%	-	29.404,60
44	CTU	216,00	6.454,50	-	6.670,50	1,09%	-	73.130,03
45	CCA	14.647,11	20.266,98	-	34.914,09	5,71%	265.428,41	377.487,83
46	CESA	34.285,81	16.941,48	-	51.227,29	8,38%	1.256,49	28.593,66
47	CCS	17.739,20	11.366,89	-	29.106,09	4,76%	149.084,84	192.469,95
48	CEFE	75.913,60	2.815,56	-	78.729,16	12,87%	-	236.318,37
Total Geral		440.680,50	138.060,00	32.896,05	611.636,55	100,00%	858.217,97	2.049.360,38
Part %		94,62%		5,38%	100,00%	0,00	-	-

2

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2021 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	RPV	Convênios
40	CLCH	338.020,57	4.799,54	89.545,02	432.365,13	37,89%	168.627,91	89.545,02
41	CCB	150.915,85	87.013,01	4.943,79	242.872,65	21,28%	554.774,26	652.437,05
42	CCE	28.756,17	13.959,51	-	42.715,68	3,74%	72.938,16	484.374,67
43	CECA	171.655,12	9.323,91	-	180.979,03	15,86%	109.568,74	16.057,82
44	CTU	9.330,00	3.549,45	-	12.879,45	1,13%	46.908,66	9.594,49
45	CCA	4.236,15	31.312,79	-	35.548,94	3,12%	281.277,64	271.275,14
46	CESA	38,00	6.548,92	-	6.586,92	0,58%	95.817,80	56.928,72
47	CCS	65.532,93	19.742,73	-	85.275,66	7,47%	199.468,77	123.002,75
48	CEFE	94.756,13	7.205,23	-	101.961,36	8,93%	57.824,19	274.833,41
Total Geral		863.240,92	183.455,09	94.488,81	1.141.184,82	100,00%	1.587.206,13	1.978.049,07
Part %		91,72%		8,28%	100,00%	-	-	-

3

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2022 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	RPV	Convênios
40	CLCH	384.315,83	43.367,68	-	427.683,51	17,13%	20.605,49	16.033,98
41	CCB	259.885,77	138.964,98	7.358,44	406.209,19	16,27%	172.102,49	2.922.613,15
42	CCE	166.872,00	60.203,64	40.019,19	267.094,83	10,70%	37.443,06	262.422,66
43	CECA	82.835,94	35.503,60	-	118.339,54	4,74%	5.817,31	9.598,58
44	CTU	50.313,61	36.189,32		86.502,93	3,46%	6.485,90	60.911,26
45	CCA	128.970,96	84.754,88	358.500,69	572.226,53	22,92%	113.507,95	958.516,03
46	CESA	109.291,94	53.119,30	-	162.411,24	6,50%	72.416,78	46.462,18
47	CCS	286.929,95	31.930,74	-	318.860,69	12,77%	232.625,58	133.100,93
48	CEFE	92.991,38	31.687,84	12.750,00	137.429,22	5,50%	71.237,51	386.630,36
Total Geral		1.562.407,38	515.721,98	418.628,32	2.496.757,68	100,00%	732.242,07	4.796.289,13
Part %		83,23%		16,77%	100,00%	-	-	-

4

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2023 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	RPV	Convênios
40	CLCH	153.193,15	36.982,48	179.641,61	369.817,24	13,07%	13.334,83	246.981,32
41	CCB	96.242,34	139.842,66	367.436,74	603.521,74	21,34%	154.526,18	4.176.202,82
42	CCE	228.694,11	69.582,56	12.823,48	311.100,15	11,00%	60.763,24	226.354,81
43	CECA	122.093,90	45.939,08	-	168.032,98	5,94%	18.530,16	38.319,84
44	CTU	74.844,29	29.582,31	-	104.426,60	3,69%	37.138,64	871.564,19
45	CCA	65.735,51	77.418,99	111.116,71	254.271,21	8,99%	183.325,96	743.920,63
46	CESA	54.564,70	60.416,77	-	114.981,47	4,07%	63.054,84	101.350,00
47	CCS	164.141,74	38.294,88	353.449,46	555.886,08	19,65%	77.316,52	121.206,84
48	CEFE	118.662,35	24.614,55	203.186,20	346.463,10	12,25%	13.681,39	84.943,37
Total Geral		1.078.172,09	522.674,28	1.227.654,20	2.828.500,57	100,00%	621.671,76	6.610.843,82
Part %		56,60%		43,40%	100,00%	-	-	-

1

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA: ANO 2024 (Em R$ 1,00)

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250/501	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	RPV	Convênios
40	CLCH	75.649,85	34.443,17	-	110.093,02	5,16%	16.749,16	280.861,17
41	CCB	85.640,36	181.015,92	61.270,00	327.926,28	15,37%	127.532,02	817.996,11
42	CCE	184.385,19	72.081,05	154.130,75	410.596,99	19,24%	32.738,79	402.693,88
43	CECA	107.127,18	57.066,49	14.970,00	179.163,67	8,40%	8.370,42	104.482,25
44	CTU	96.755,86	34.735,96	242.378,00	373.869,82	17,52%	36.440,60	463.495,45
45	CCA	62.421,66	84.753,56	7.895,07	155.070,29	7,27%	11.214,51	1.796.295,11
46	CESA	70.754,82	57.249,31	-	128.004,13	6,00%	50.809,40	800.627,34
47	CCS	93.011,39	39.585,77	70.647,00	203.244,16	9,52%	127.501,98	116.334,86
48	CEFE	30.651,29	33.845,61	181.532,00	246.028,90	11,53%	-	167.602,85
Total Geral		806.397,60	594.776,84	732.822,82	2.133.997,26	100,00%	411.356,88	4.950.389,02
Part %		65,66%		34,34%	100,00%	-	-	-

2

3

UEL - DESPESA EMPENHADA E PAGA POR FONTE/UNIDADE ADM. ACADÊMICA 2018 - 2024 (Em R$ 1,00)

TOTAL 2018-2024

Código	Unidade	Fonte 250/501	Estoque 250	Tesouro	Geral (Soma)	Part%	Soma RPV	Convênios
40	CLCH	1.931.338,85	208.680,05	372.866,63	2.512.885,53	20,12%	285.521,06	1.577.549,57
41	CCB	880.610,74	846.642,20	502.320,84	2.229.573,78	17,85%	1.683.848,47	11.447.919,03
42	CCE	961.732,70	338.679,99	268.536,38	1.568.949,07	12,56%	288.284,47	2.915.134,27
43	CECA	707.111,42	240.856,23	19.240,00	967.207,65	7,74%	148.015,98	478.351,81
44	CTU	330.482,32	184.547,00	242.378,00	757.407,32	6,06%	233.836,96	1.742.758,21
45	CCA	387.903,48	405.749,36	478.823,42	1.272.476,26	10,19%	1.124.268,73	5.400.729,78
46	CESA	350.649,11	276.151,25	235,49	627.035,85	5,02%	330.406,39	1.138.368,43
47	CCS	818.241,25	191.636,34	424.096,46	1.433.974,05	11,48%	928.125,83	1.845.450,80
48	CEFE	580.582,97	135.405,19	405.132,20	1.121.120,36	8,98%	255.864,46	1.805.073,10
Total Geral		6.948.652,84	2.828.347,61	2.713.629,42	12.490.629,87	100,00%	5.278.172,35	28.351.335,00
Part %		78,27%		21,73%	100,00%	-		

4

PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS EM RELAÇÃO A RECEITA 250 E TESOURO 2018 - 2024

Ano	Receita 250	Receita Tesouro	Part%/250	Part% Geral
2018	13.575.105	13.607.265	12,39	6,71
2019	13.566.054	16.099.112	10,24	4,90
2020	9.170.888	11.470.418	6,31	2,96
2021	8.704.178	10.930.550	12,03	5,81
2022	13.113.976	26.303.542	15,85	6,33
2023	10.120.360	35.006.092	15,82	6,27
2024	10.943.255	33.723.698	12,80	4,78
Total Período	**79.193.816**	**147.140.677**	**12,35**	**5,52**
Média Geométrica				**4,57**

1

UEL 4530 - PROGRAMAÇÃO DE PAGAMENTO DA DÍVIDA PATRONAL - Em R$ 1,00

MÊS/ANO DE VENCIMENTO	PARCELAS	PARCELA INICIAL	VALOR PAGO	DÍVIDA PROJETADA	EMPENHO	DATA DE PAGAMENTO	FONTE DE RECURSO
08/2024	1	207.770,99	207.770,99	207.770,99	2024NE019155	15/08/2024	899/262
09/2024	2	207.770,99	209.848,70	209.848,70	2024NE022541	26/09/2024	899/262
10/2024	3	207.770,99	211.593,98	211.593,98	2024NE024978	21/10/2024	899/262
11/2024	4	207.770,99	213.526,25	213.526,25	2024NE027476	12/11/2024	899/262
12/2024	5	207.770,99	215.167,64	215.167,64	2024NE030448	05/12/2024	501/250
Total Ano 2024		**1.038.854,95**	**1.057.907,56**	**1.057.907,56**	-		
01/2025	6	207.770,99	217.099,91	217.099,91	2025NE000475	21/01/2025	899/262
02/2025	7	207.770,99	219.198,40	219.198,40	2025NE002094	13/02/2025	899/262
03/2025	8	207.770,99	221.255,33	221.255,33	2025NE005980	21/03/2025	899/262
04/2025	9	207.770,99	223.249,93	223.249,93	2025NE008171	10/04/2025	500/101
05/2025	10	207.770,99	225.452,31	225.452,31	2025NE010655	14/05/2025	899/262
06/2025	11	207.770,99	227.820,90	227.820,90	2025NE013179	06/06/2025	899/262
07/2025	12	207.770,99	230.106,38	230.106,38	2025NE015545	03/07/2025	899/262
08/2025	13	1.484.752,75	1.663.368,51	1.663.368,51	2025NE019166	12/08/2025	899/262
09/2025	14	1.484.752,75	1.680.591,64	1.680.591,64	2025NE021837	04/09/2025	899/262
10/2025	15	1.484.752,75	1.698.705,63	1.698.705,63	2025NE025063	08/10/2025	501/250
11/2025	16	1.484.752,75		1.715.118,48			
12/2025	17	1.484.752,75		1.731.689,90			
Total Ano 2025		**8.878.160,68**	**6.606.848,94**	**10.053.657,32**	-		

2

01/2026	18	1.484.752,75		1.748.421,44			
02/2026	19	1.484.752,75		1.765.314,64			
03/2026	20	1.484.752,75		1.782.371,06			
04/2026	21	1.484.752,75		1.799.592,28			
05/2026	22	1.484.752,75		1.816.979,89			
06/2026	23	1.484.752,75		1.834.535,50			
07/2026	24	1.484.752,75		1.852.260,73			
08/2026	25	1.484.752,75		1.870.157,22			
09/2026	26	1.484.752,75		1.888.226,62			
10/2026	27	1.484.752,75		1.906.470,61			
11/2026	28	1.484.752,75		1.924.890,88			
12/2026	29	1.484.752,75		1.943.489,12			
Total Ano 2026		**17.817.033,00**	**-**	**22.132.709,98**	-		
01/2027	30	1.484.752,75		1.962.267,06			
Total Geral da Dívida		**29.218.801,58**	**7.664.756,50**	**35.206.541,92**	-		

3

Origem da Fonte	Fonte	Valor	Part. %
Fonte Saúde HU	899/262	5.527.633,30	72,12%
Fonte Própria Ensino	501/250	1.913.873,27	24,97%
Fonte Tesouro	500/101	223.249,93	2,91%
Total	**-**	**7.664.756,50**	**100,00%**

Prof. João Zequii fez uma contextualização, defendendo a importância das propostas apresentadas no contexto da administração universitária. Ele destacou que o Programa do Patronato fez uma grande diferença para a universidade. Embora houvesse receios iniciais, o ambiente do campus melhorou significativamente (mais limpo e cuidado). Ele mencionou que o Patronato ajuda a prevenir problemas reais, como a infestação de pragas urbanas e escorpiões, situações que exigem boa manutenção. Ressaltou que, devido às restrições da LGU e o indeferimento de solicitações para reposição de técnicos, a universidade não tem como contratar novos servidores. Portanto, a administração deve buscar alternativas rápidas (como os serviços propostos) para resolver problemas cotidianos, como lixo acumulado e banheiros sujos, em vez de abandonar o campus. Defendeu a aprovação dos itens, pois são demandas levantadas pela comunidade. Questionou a dependência da UEL em relação ao SAMU em casos de acidentes, dada a população da cidade, e afirmou que a proposta de seguro é uma solução necessária, de bom tamanho e custo. Mencionou que existem leis e normas, como a NR-4, que exige um número específico de médicos por pessoas/alunos e que os conselheiros podem ser responsabilizados caso essas regras não sejam cumpridas. Ele afirmou que, embora não seja auditor, seu papel como conselheiro é avaliar a proposta, o orçamento previsto e o reajuste da LGU, e ele está totalmente favorável à implementação das ações propostas. Elogiou os critérios de distribuição de verbas, como o cálculo por Aluno Equivalente feito pelo Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Administrativo, Luis Fernando Casarin, que considera justo, pois garante que centros que atendem a muitos alunos e cursos recebam uma fatia da verba. Por fim, parabenizou o Prefeito do Campus, Luiz Claudio Buzeti, e a equipe financeira, Azenil e Alécio, por buscarem soluções. Profª Carrie Galvan agradeceu a apresentação e a exposição histórica dos dados financeiros desde 2018, ressaltando a importância de entender como a administração lida com as finanças, especialmente após a implementação da LGU. Ela observou que a implantação da LGU alterou drasticamente o cenário orçamentário da UEL e notou que o recurso oriundo do Tesouro (LGU) praticamente dobrou, enquanto as receitas próprias da universidade tiveram uma pequena e contínua redução. Ela solicitou um esclarecimento sobre a maneira como ocorreu a migração de

despesas. Ou seja, despesas que eram pagas anteriormente com recursos próprios da universidade deixaram de sê-lo, passando a ser custeadas com recursos do Tesouro ou LGU. Citou como exemplo as bolsas, que tiveram uma migração de receita. Ela questionou a eficácia da reposição da força de trabalho, especialmente na PCU (Prefeitura do Campus Universitário), uma vez que os cargos de auxiliares operacionais e de manutenção estão sendo extintos ao vagar e a universidade passou a depender dos serviços terceirizados, que são pagos com recurso do Tesouro. A dúvida central é se o serviço terceirizado contratado tem sido suficiente para suprir a força de trabalho perdida devido às aposentadorias. Manifestou preocupação em entender essa dinâmica, visto que a UEL depende cada vez mais de serviços terceirizados e há um lapso de tempo entre o período da aposentadoria e a definição do orçamento que deveria suprir o cargo extinto. Essa compreensão é essencial para poder avaliar a necessidade ou não de aprovar novos serviços terceirizados. A Reitora enfatizou que, antes de discutir a composição dos recursos, era fundamental lembrar a composição do quadro funcional. Para o quadro de docentes e agentes de nível médio e superior, o quantitativo é estabelecido, permitindo a recomposição de vagas via PSS (Processo Seletivo Simplificado) em caso de aposentadoria. Em relação ao quadro dos operacionais (ou agentes de apoio), grande parte dessas vagas está na condição de extinto ao vagar. Este quadro é responsável pela manutenção e estruturação do campus e como a universidade não tem como repor essas vagas por concurso, ela precisa contar cada vez mais com o serviço terceirizado. A UEL, portanto, precisa lançar mão do orçamento (parcelas do orçamento) para sustentar as atividades do campus através da terceirização. A Reitora explicou que essa dependência é inevitável para manter as atividades, citando a experiência que a UEL já tem com a contratação de serviços de limpeza, segurança e alguns agentes de manutenção. A Reitora concluiu que, para a manutenção de todas as atividades, a universidade contará cada vez mais com o serviço terceirizado, o que exige a utilização de parcelas do orçamento para compor o quadro funcional que sustenta as atividades do campus. O Diretor de Orçamento, Alécio Fontes forneceu detalhes sobre a composição do orçamento de custeio (LGU) e sobre a tendência de aumento das despesas com terceirização. Informou que, anualmente, é realizado um estudo em conjunto com o professor Osmar Ambrósio de Souza, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), a Proplan e a Prorh, com o objetivo de analisar os valores do aluno equivalente e definir os tetos orçamentários de custeio e de folha de pessoal, subsidiando, assim, a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA). O demonstrativo de execução orçamentária tem apresentado

um aumento anual nos gastos correspondentes à contratação de mão de obra terceirizada. Este aumento é uma decorrência direta das aposentadorias e falecimentos, servindo como uma forma de compensação das saídas. A UEL começou a receber a LGU em 2022, de forma parcial. O valor da LGU foi de R 34,3 milhões em 2024, com variações dependentes dos cálculos do aluno equivalente. O recurso referente às aposentadorias e vacâncias só se reflete no orçamento do ano seguinte, devido ao estudo ser feito anualmente (o estudo de 2025 será aplicado em 2026). O Prefeito do Campus, Luiz Cláudio Buzeti, destacou a gestão racional da PCU (Prefeitura do Campus) para economizar recursos e citou exemplos da jardinagem, a parceria com o patronato, citou ainda, o exemplo da Segurança, onde a UEL possui apenas 20 terceirizados de segurança, enquanto outras instituições chegam a quase 70. O custo de um terceirizado de segurança é superior a R$ 8.000 por pessoa. Concluiu dizendo que a prioridade da administração é economizar cada real e gastar da melhor forma possível para investir em outras demandas que são "quase que infinitas". Prof. Azenil Staviski complementou a explicação, detalhando o cálculo da LGU, comparativos de custo e a migração de fontes de custeio. Disse que o valor da LGU é baseado tanto no parâmetro do aluno equivalente quanto no servidor que sai. O valor que entra no cálculo para cada servidor que se aposenta é estimado entre R 42 mil (mais reajuste de inflação). Os cargos técnicos e o Cadastro de Reserva envolvem custos na folha, incluindo o patronal. Houve um aumento de 23% no custo da água este ano (em relação ao mesmo período do ano passado), o que pode ser devido a reformas e tarifas. Houve uma economia de 10% na luz até o momento, devido ao clima mais ameno. Anteriormente, as bolsas eram pagas com a fonte 250 (recursos próprios). Devido a ações judiciais e demandas/encomendas governamentais (emendas), parte delas passaram a ser pagas com recursos do Tesouro. A Reitora complementou, resumindo que o custeio é composto pelo aluno equivalente e o trabalhador equivalente. Os recursos próprios têm diminuído, em parte porque cursos de especialização conveniados estão migrando para fundações, evitando a DREM. A Profª Laura Brandini agradeceu o Pró-Reitor Azenil Staviski, o Diretor de Orçamento, Alécio Fontes e toda a equipe pelas informações detalhadas apresentadas, reconhecendo a complexidade dos dados. Ela expressou sua confiança no trabalho da equipe técnica, que sempre demonstrou disponibilidade e paciência para fornecer e explicar os detalhes solicitados pelos conselheiros. Fez um apelo ao Conselho para que a reunião pudesse avançar rapidamente para os itens de pauta. Ela ressaltou que esta era a terceira reunião debatendo

processos que são fundamentais para a melhoria dos serviços da universidade. Afirmou que todas as questões importantes já haviam sido respondidas, que a equipe técnica permanecia à disposição para dúvidas específicas e mencionou que a comunidade inteira (estudantes, funcionários e docentes) estava na expectativa pela deliberação dos serviços propostos nos itens em discussão. O Representante discente Gabriel Veríssimo dos Santos, agradeceu a apresentação detalhada e o relatório, afirmando que as respostas foram condizentes e transmitiram muita segurança sobre os dados apresentados. Agradeceu a contextualização do Prof. João Zequi e saudou a presença de outros dois estudantes, especialmente Victor Casagrande Duarte Santana, que faz parte da nova gestão do DCE e estava acompanhando a reunião. Lamentou não poder estar em todas as reuniões por causa de outros compromissos, mas certificou que novos estudantes do DCE acompanharão as reuniões dos Conselhos. Prof. Silvano Costa focou em sua responsabilidade orçamentária e nas inconsistências percebidas. Reiterou que não é e nunca foi contrário aos processos propostos (ambulância, serviço médico, serviços da PCU), reconhecendo a necessidade de atendimento no campus e a importância da PCU, dada a redução de operacionais. A questão é o orçamento. Afirmou que, embora não seja auditor, os conselheiros são responsáveis pelo orçamento da universidade. Se a despesa aumenta, é preciso saber de onde o recurso será retirado. Solicitou que as planilhas detalhadas apresentadas (em Excel, se possível) fossem encaminhadas ao GT de recursos e a todos os conselheiros para que pudessem analisá-las, buscando clareza sobre de onde sairão os recursos. Questionou o Prefeito Buzeti sobre a alegação no processo da PCU de que os 12 terceirizados trabalham cerca de 1.200 horas/mês. Argumentou que, considerando 12 terceirizados, 8 horas/dia e 21 dias úteis/mês, o total seria de mais de 2.000 horas, ou seja, há uma defasagem de 1.000 horas. Isso implicaria que a necessidade de contratação externa (chamamento) seria menor. Questionou ainda sobre o texto no processo que afirma que o valor de R$ 764.958,00 já está "provisionado dentro do teto orçamentário aprovado para a UEL". Isso, segundo ele, é uma exposição errada, pois o orçamento ainda não foi aprovado pelo Conselho. Prof. Alan Felinto centrou sua fala nas exigências regimentais e na distribuição de recursos para os centros. Solicitou que, com base na Resolução CA nº 90/2011, Artigo 2º, a distribuição dos recursos financeiros (baseada na projeção de receita) seja formalmente pautada trimestralmente no Conselho de Administração para discussão. Questionou quando o CA apreciaria e deliberaria sobre a Proposta Orçamentária para 2026,

antes que ela seja encaminhada para aprovação do Conselho Universitário. Sugeriu que o orçamento para 2026 e a Resolução CA 90/2011 fossem pautados e discutidos, para que a aprovação dos projetos fosse feita com clareza sobre onde o dinheiro será alocado. A Reitora afirmou que as informações sempre estiveram disponíveis (portal, equipe técnica) e que o debate atual representa um exercício de amadurecimento por parte do Conselho. Recuperou o comentário do Prof. Sérgio, de que a Resolução é "desfuncional", notando que o Conselho é a "experiência viva" de que os elementos da Resolução não são seguidos explicitamente há muito tempo, embora a distribuição seja feita nos percentuais. Explicou que o orçamento de 2026 ainda aguarda aprovação do Estado. A UEL envia as informações com tetos estabelecidos pelo Estado, e precisa de rubricas abertas para manejo interno. A proposta orçamentária será apresentada ao CA, provavelmente em novembro, para apreciação e discussão, antes de ser indicada ao Conselho Universitário para aprovação. Finalizou afirmando que, com a ampliação de quase 2 milhões na LGU (do Tesouro), e na disposição orçamentária feita pela equipe técnica, o orçamento tem condição de abrigar os quatro projetos (itens 16, 18, 19 e 20) sem comprometer as despesas ordinárias. Ao aprovar os projetos, o CA está assumindo-os como prioritários para a universidade e o orçamento será redimensionado de acordo com essa prioridade. Alécio esclareceu ao Prof. Alan sobre o Artigo 2º, Parágrafo 3º da Resolução CA 090/2011, que fala em "receita arrecadada". Reforçou que receita arrecadada é o recurso próprio (Fonte 250), e não o Tesouro, que é uma transferência de recurso. Fez uma contextualização temporal informando que nos anos que se seguiram após a aprovação da Resolução CA nº 090/2011, foi criado no sistema Sicor o elemento despesa 3.3.90.99.00 chamado "A Classificar", que após a definição da Receita Líquida com Recursos Próprios, eram distribuídas as cotas de custeio para os Grupos (Orgãos da Reitoria, Orgãos Suplementares, Centros de Estudos). O código 3.3.90.99.00 foi criado somente para a Fonte Recursos Próprios com o objetivo de liberar o valor da cota num único elemento, ficando a critério das unidades o remanejamento para as rubricas específicas (339014-diárias, 339030-materiais, 339033-passagens...) conforme necessidades. Isso é prática até os dias de hoje, podendo ser verificado através de consultas dos saldos no sistema. Informou ainda, que na ocasião, os Recursos de custeio do Tesouro eram aprovados na LOA sempre abaixo das reais necessidades da Universidade, sendo priorizada apenas despesas de manutenção mínima como água, luz, telefonia, estagiários e outros, sendo necessárias constantes viagens da Administração na busca de

mais recursos para as demais despesas compulsórias, ou seja, não havia distribuição de recursos Tesouro para os Grupos (Reitoria, Suplementares, Centro de Estudos), somente para as despesas compulsórias com reais necessidades. Informou que o orçamento enviado à SETI passa por monitoramento e ajustes. O “boneco” do orçamento de 2026 já está feito, mas ainda não está fechado devido a elementos de despesa que são questionados ou retirados pelo Estado. Prof. Azenil informou que a dívida do patronal de 2025 está projetada para R$10 milhões. Para 2026, está projetada para R$ 22 milhões. A dívida total (incluindo dois processos judiciais) está em torno de R$ 260 milhões Disse que 72% da dívida negociada está sendo paga com recurso da Saúde e 25% com recurso próprio (arrecadação 250). Uma parcela anterior (2022/2023) foi paga com recurso do Tesouro, aproveitando uma folga orçamentária. Para 2026, foi feito um pleito ao orçamento para conseguir o recurso do Tesouro necessário para o pagamento. Existe um acordo formal com a Fazenda de que, se não houver recurso próprio suficiente para pagar, eles farão a suplementação para a dívida de exercícios anteriores. Em resposta ao Prof. Silvano, ele tentou justificar as 1.200 horas/mês (no processo 16), explicando que o chamamento paga por produtividade, enquanto o cálculo das horas dos terceirizados internos (12 terceirizados) é feito pela metodologia da engenharia civil. Essa metodologia desconta o tempo gasto pelo servidor para pegar material, carregar e se deslocar ao centro, focando apenas no tempo de trabalho efetivo, o que resulta em um coeficiente menor. Ele se ofereceu para retificar o texto para evitar dúvidas. A Reitora detalhou o histórico e a situação atual da dívida patronal da universidade, esclarecendo sua origem, o impacto institucional e o plano de pagamento em curso. Informou que a dívida patronal remonta ao início da década de 80, durante a transição da UEL de fundação para autarquia. Na condição de fundação, a universidade estava isenta do índice patronal. Contudo, ao se tornar autarquia, passou a ser legalmente obrigada a realizar esse pagamento. Baseada no histórico de isenção (como se fosse uma filantrópica), a UEL continuou não efetuando o recolhimento do patronal. O valor total acumulado dessa dívida, que ainda está em debate, é de cerca de R$ 260 milhões, resultado de três momentos diferentes de autuação da instituição. A situação se tornou crítica em outubro de 2022, quando a certidão negativa da universidade foi suspensa. Essa suspensão gerou uma situação difícil, paralisando bolsas, programas e afetando até mesmo o Hospital Universitário. Diante disso, a UEL agiu em duas frentes: 1. Judicialização: Foram abertos três processos judiciais para debater a dívida na justiça, contestando os valores e buscando o meio

de causa, especialmente para o período anterior a janeiro de 2022. 2. Negociação: A única alternativa para recuperar a certidão era iniciar o pagamento imediato da parte da dívida não judicializada. Após um difícil processo de negociação com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a Fazenda, a UEL conseguiu autorização para negociar uma parte da dívida (que totalizava mais de 40 milhões, quase R$ 42 milhões) em 30 parcelas. A Reitora classificou o pagamento dessa dívida como "quase sagrada", pois, se a UEL deixar de pagar uma prestação, perde a certidão e a chance de renegociação, o que paralisaria a instituição. O pagamento atual da dívida negociada está sendo feito com recursos de três fontes: 72% são pagos com recurso da Saúde; 25% com recurso próprio da UEL (Fonte 250); uma parcela quebrada anterior (2022/2023) foi paga com recurso do Tesouro, aproveitando uma folga orçamentária. Desde janeiro de 2024, a UEL regularizou seu sistema, pagando ordinariamente o patronal vigente e a dívida negociada. Para o orçamento de 2026, a dívida está projetada para atingir cerca de R$ 22 milhões. A Reitora informou que existe um acordo registrado no processo com a Fazenda que caso não haja recurso próprio suficiente no orçamento para honrar o pagamento, a Fazenda se comprometeu a realizar a suplementação necessária, tratando a dívida como de exercícios anteriores. Em relação à dívida total judicializada (R$ 260 milhões), se a UEL perder nas instâncias superiores, o valor se tornará um precatório para o Estado. Atualmente, a UEL está em tratativas para negociar a parte da dívida que ainda não foi judicializada. O pagamento não pode ser interrompido, pois a interrupção resultaria na perda da certidão negativa, paralisando a universidade. Não havendo mais inscritos, a Reitora entrou na **I. ORDEM DO DIA. 16) Processo 24.473.607-6 - PCU - deliberar acerca do pedido de recursos financeiros para a realização de abertura de Edital de Chamamento Público para Credenciamento de profissionais de prestação de serviços de reparos e manutenção preventiva e corretiva (Relator: Luiz Claudio Buzeti).** A Reitora declarou a retomada do debate a partir do Item 16, propondo que fosse apenas aberto para perguntas específicas, uma vez que o processo já havia sido amplamente apresentado em reuniões anteriores. Explicou que a aprovação do chamamento significa dispor de uma ferramenta para chamar profissionais para a realização de reparos, manutenção e pintura. Enfatizou que a aprovação do valor orçamentário estabelece um teto de gasto e se o recurso acabar antes do previsto, os chamamentos são suspensos. Prof. Alan Felinto, levantou uma inconsistência nos documentos do processo. Ele apontou que o texto do processo indicava o total de horas a ser contratado como 23.800 horas. No

entanto, ao somar a tabela do processo, o valor dava 23.100 horas, ou seja, uma inconsistência de 700 horas. Essa discrepância de horas resulta no valor de R$ 764.958,00. Ele questionou qual valor era o correto. Ele também observou que o número de serviços listados diferia em diferentes partes do documento. A Reitora concordou que, se a conta do conselheiro estivesse correta, o texto seria ajustado. Ela afirmou que o erro é uma diferença que pode ser ajustada e não compromete nem o objeto, nem o mérito do processo. A Diretora do Centro de Ciências Agrárias, Profª. Inês Fonseca, declarou-se favorável ao processo, mas levantou preocupações orçamentárias e sociais. Ela questionou a proporção de 4% do orçamento para órgãos suplementares, que considerou muito baixa, e perguntou se o Item 16 (PCU) poderia ser incorporado nos 30% destinados à Reitoria. Profª Inês expressou sua preocupação com os servidores que dependem da hora extra para complementar o salário. Ela pediu que a prioridade fosse dada a eles e que, de forma alguma, fossem prejudicados pela nova contratação. Sugeriu que o estudo de chamamento poderia incluir contratos de serviços específicos, como tapeçaria ou reforma de cadeiras, por vezes mais eficientes do que o pagamento por hora. A Reitora e o Prefeito Luiz Claudio Buzeti reiteraram que a proposta de chamamento não elimina, nem diminui a hora extra. A hora extra é essencial para atividades que precisam ser feitas fora do horário regular (trabalho barulhento, sujo, que exige desligar água ou energia). O chamamento é necessário porque, mesmo com a hora extra, a PCU não consegue dar conta de todas as demandas. Profª Eloisa Rodrigues, reconheceu o valor de R 2 milhões na LGU, mas expressou cautela. Ela questionou se o valor de R$ 765 mil não estava previsto dentro do percentual regimental da PCU. A Reitora confirmou que não, o valor é uma despesa adicional que será acomodada pela ampliação da LGU. Profª Eloisa propôs uma aprovação condicionada ao acompanhamento periódico (trimestral) da utilização do recurso, visando manter o equilíbrio orçamentário. Ela argumentou que, caso os recursos previstos (como o aumento da LGU ou outras captações) não se confirmem, o conselho precisaria fazer ajustes para que a execução da PCU não esgote o recurso disponível. Prof. Sérgio Carvalho explicou que se o valor fosse colocado no orçamento regimental da PCU (que é para materiais), faltaria material e o Chamamento é para mão de obra. A aprovação do contrato aberto é crucial, pois permite usar múltiplas fontes de recurso (recursos da LGU, recursos de cursos de especialização etc.) para pagar os serviços, oferecendo maior margem de manobra aos diretores de centro. Ele concordou com o acompanhamento periódico da liberação do recurso ao conselho. A

Reitora concordou com o encaminhamento de aprovar a composição total e fazer a liberação acompanhada, mas reiterou que o condicionamento ao orçamento da PCU não seria possível, pois comprometeria os serviços que o Centro já recebe. Prof. Edmilson Lenardão reiterou ser contra o chamamento público e a terceirização, argumentando que a universidade se rende a políticas externas. Ele defendeu que a hora extra se tornou um "regime de trabalho" devido ao arrocho salarial. Embora discricionária, a ausência de hora extra causaria "caos orçamentário" na vida dos trabalhadores, e o conselho deve evitar mexer nesse complemento salarial. Para amenizar os valores e a preocupação orçamentária, ele propôs que o conselho aprovasse 50% do valor solicitado. Prof.ª Carrie Galvan apoiou o processo, mas alertou que ele não resolverá a necessidade fundamental da PCU, que é a falta de uma força de trabalho efetiva (servidores por concurso), pois o chamamento não supre a alta demanda. Profª. Laura Brandini defendeu a Proposta de valor integral com acompanhamento, opondo-se à redução de 50%, por considerar o acompanhamento suficiente para garantir a responsabilidade orçamentária. A Reitora colocou em votação as duas propostas: Proposta 1: Aprovação do valor integral com acompanhamento periódico na utilização do recurso (9 votos favoráveis). Proposta 2: Redução do valor para 50% do solicitado (1 voto favorável). Dessa forma, a proposta 1 foi aprovada por maioria. A Reitora colocou em votação a Proposta 1 e o Conselho aprovou, por unanimidade, o provisionamento orçamentário para 2026, de R$764.958,15 (setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos), para a realização de abertura de Edital de Chamamento Público para Credenciamento de profissionais de prestação de serviços e reparos, manutenção preventiva e corretiva para a Prefeitura do campus, com o acompanhamento periódico pelo Conselho de Administração. Prof. Miguel Piccirillo declarou seu voto favorável, em virtude de condições impostas à instituição. O ideal seria a realização de concurso público para a área operacional, mas diante da condição precária da manutenção, o chamamento é a "opção possível". **18) Processo 24.757.407-7 - GR - deliberar acerca da minuta da Resolução que dispõe sobre a contratação de seguro coletivo de vida e de acidentes pessoais em favor dos membros da Comunidade Universitária e outros (Relatora: Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro).** A Reitora ressaltou que o processo visava deliberar sobre uma minuta de resolução que dispõe sobre a contratação de seguro coletivo de vida e acidentes pessoais em favor dos membros da comunidade universitária. A minuta é necessária

porque a resolução atualmente em vigor não permite a aplicação desse seguro de forma ampliada para todos os membros da comunidade. O objetivo é reformar a minuta para que o seguro seja estendido. A ideia fundamental é que toda a comunidade (estudantes, servidores, docentes e pessoas vinculadas a programas) seja segurada. O estudante, ao se matricular, já estaria segurado, eliminando a necessidade de fazer seguro individual para viagens acadêmicas, estágios ou atividades de extensão. A proposta traz mais segurança institucional e pessoal para a comunidade e promove a desburocratização do processo, facilitando a vida de professores e estudantes. A Reitora informou que a indicação da equipe foi pela proposta de menor valor, mas que incluía todas as coberturas descritas no processo. Prof. Silvano confirmou que o processo para obtenção de seguro era, de fato, muito burocrático e concordou com a necessidade de um mecanismo para facilitar, visto que para cada viagem acadêmica era preciso entrar em sistemas e emitir documentação. Reforçou que o seguro da UEL é crucial, pois o seguro de transporte contratado não cobre problemas fora do deslocamento, sendo o seguro da universidade que deve cobrir acidentes. Ele concluiu que essa aprovação é vital para a segurança de todas as pessoas envolvidas. Prof. João Zequi mencionou que o CCB já havia protocolado o Processo 197075/2022 em 2022, relatando a problemática da logística complexa de amparar pesquisadores e alunos que precisam ir a campo. No sistema anterior, muitas vezes a folha de pagamento não era processada a tempo, o que impedia a efetiva cobertura do seguro. Classificou a proposta atual como uma "grande conquista" que será um facilitador e trará segurança a todos. Prof. Azenil afirmou que o mérito da proposta é indiscutível. Contudo, os valores apresentados são estimados, e a aprovação da resolução permite iniciar a licitação. Sugeriu que, antes da homologação do contrato (após a licitação), o valor final fosse trazido ao Conselho para ciência, uma vez que as propostas mais técnicas das empresas podem resultar em valores diferentes dos inicialmente cotados. A Reitora concordou com a sugestão, aceitando que a equipe traga o valor para conhecimento do Conselho antes da homologação, sem problemas. Colocado em regime de votação, o Conselho aprovou por unanimidade a contratação de seguro coletivo de vida e de acidentes pessoais, em favor dos membros da comunidade universitária e outros. Ver Resolução CA nº 062/2025. **19) Processo 22.092.906-0 - GABINETE DA REITORIA - deliberar acerca da proposta de terceirização dos serviços de consultas médicas e oftalmológicas, eletrocardiograma, audiometria, além de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde**

Ocupacional (PCMSO) (Relatora: Profª Dra. Marta Regina Gimenez Favaro). A Reitora reiterou que o tema já havia sido amplamente debatido em reuniões anteriores. Destacou que a contratação do serviço terceirizado é importante e urgente para garantir a assistência à comunidade, especialmente no contexto de concursos públicos e contratações via PSS (Processo Seletivo Simplificado) que exigem exames médicos. Mencionou que a possibilidade de contratação de um médico via PSS seria avaliada assim que houvesse uma vaga disponível, mas a contratação terceirizada imediata é crucial. Prof. Edmilson Lenardão, solicitou que a Diretora do Sebec, profª Ângela Lima, apresentasse as melhores soluções para a instituição em relação aos exames e ao trabalho e a profª Angela respondeu que para cumprir a NR-4 (norma regulamentadora), o SEBEC necessitaria de mais dois médicos e uma enfermeira do trabalho. Além das restrições impostas pela LGU, ela complementou que existiu, em 2017, uma dificuldade em encontrar candidatos/as para um contrato PSS, específico para Médico/a do Trabalho. No entanto, explicou que a legislação relativa ao funcionamento do SESMT permite contratar médico/a como clínico/a geral para atender tal finalidade ocupacional. A Reitora informou que existe uma dificuldade histórica em encontrar candidatos para um contrato PSS de 20 horas com o valor atual, além das restrições impostas pela LGU. Os dois médicos que atendem no SESMT são cedidos pelo HU (Hospital Universitário). O médico responsável pelo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) – um serviço imprescindível por lei para o funcionamento do Sebec – completa 75 anos e se aposenta no final de abril de 2026. Sem ele, o Sebec não terá quem assine e elabore o programa. Mencionou que há exames que podem continuar via parceria com o HU, mas existem dois exames que o HU não realiza e que são importantes para a qualidade do trabalho do Sebec. A Reitora interveio para detalhar a questão das vagas. Disse que as vagas ocupadas pelos médicos cedidos pelo HU não possuem código de vaga de ensino. Portanto, a UEL não pode usá-las para abrir um teste seletivo PSS. A única forma de abrir um PSS para médico é esperar a próxima aposentadoria de um profissional do quadro geral de ensino (nível superior). Essa vaga poderia ser redirecionada ao Sebec. Mesmo que a vaga fosse aberta, o tempo de aprovação, contratação e risco de saída do PSS tornam a contratação terceirizada a única alternativa para garantir o serviço (PCMSO) antes de abril de 2026. Prof. Edmilson Lenardão propôs que, se fosse legalmente possível, a universidade abrisse um PSS para cadastro de reserva para duas vagas de 20 horas.

A Reitora apontou que não podia abrir PSS para cadastro de reserva sem código de vaga e autorização do Estado. Prof. Silvano levantou questões sobre o financiamento e a parceria com o HU. Questionou se a UEL tinha alguma garantia do HU de que os médicos cedidos continuariam prestando o serviço. Apontou uma diferença de custo de quase R$ 1 milhão entre os exames laboratoriais terceirizados e aqueles realizados pelo HU (laboratório vinculado ao HU). Ele sugeriu que se mantivesse a realização dos exames laboratoriais no HU, dada a grande economia. Sugeriu abrir o PSS (cadastro de reserva) como alternativa, conversar com o HU para garantir a cessão dos profissionais e manter os exames laboratoriais no HU. A Reitora respondeu que as tratativas com o HU são constantes e que eles são parceiros, mas a instituição não tem como exigir ou documentar essa cessão, nem como conseguir profissionais que o HU não tem, como psiquiatras. Não havendo mais manifestações, a Reitora colocou em regime de votação e o Conselho aprovou por unanimidade a proposta de contratação de serviços de consultas médicas e oftalmológicas, eletrocardiograma, audiometria, além de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). Será verificada a possibilidade de abertura de PSS para cadastro de reserva para contratação de 1 médico. **20) Processo 24.410.939-0 - GABINETE DA REITORIA - deliberar acerca da proposta de contratação de serviço de cobertura assistencial pré-hospitalar de urgência e emergências nas unidades da UEL (Relatora: Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro).** A Reitora informou que o processo se referia à deliberação da proposta de contratação de serviço de cobertura assistencial pré-hospitalar de urgência e emergência nas unidades da UEL. Mencionou que foram inseridas propostas diferentes que variam no número de chamadas por ano e nas especificações dos serviços, a saber: Proposta 1: 100 chamadas por ano, no valor de R$ 120.000,00. e Proposta 2: 200 chamadas por ano, no valor total de R$ 198.000,00. Em relação ao número de atendimentos anuais, a Reitora esclareceu que não há uma indicação precisa. O protocolo atual da instituição é chamar o SAMU em qualquer situação de urgência e emergência, o que impede a UEL de ter um controle ou uma chamada geral sobre a necessidade. Propôs que, para um primeiro ano de atuação, a UEL adote o mínimo (Proposta 1) e faça uma avaliação. Se for percebido um excesso de chamadas (acima do limite contratual), o processo poderia ser recomposto e reajustado na sequência, no ano seguinte. Prof. Edmilson manifestou-se em relação a condução dos processos. Ele reiterou que o CA não havia deliberado, nem discutido os itens 18, 19 e 20 em reuniões anteriores e eles haviam sido apenas

retirados de pauta. Lembrou que, na primeira reunião sobre o assunto, ele havia solicitado que este item (serviço pré-hospitalar de urgência e emergência) fosse tratado separadamente devido à sua importância e às demandas significativas. Fez um apelo aos estudantes presentes para que participassem das reuniões e levassem as informações de acordo com o que é discutido, para evitar que se deixassem levar por "qualquer tipo de conversa" de colegas. Ele mencionou que havia comentários de que alguns conselheiros estariam "impedindo que a discussão avançasse", o que ele classificou como um desserviço. Afirmou que o debate e a deliberação dos itens estavam ocorrendo naquele momento e que ele estava satisfeito por isso, parabenizando os estudantes presentes. Prof. Miguel manifestou-se favoravelmente a aprovação do serviço. Apoiou o apelo do Prof. Edmilson Lenardão sobre a importância da participação estudantil em todos os conselhos da UEL e afirmou que a demanda pelas ambulâncias e serviço pré-hospitalar é "muito antiga no CESA". Classificou o serviço como fundamental e traria muita segurança para a comunidade. Colocado em regime de votação, Conselho aprovou por unanimidade a proposta 1 de contratação de serviço de cobertura assistencial pré-hospitalar de urgência e emergências nas unidades da UEL, com provisionamento orçamentário para 2026, de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) com custo mensal de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com direito a 100 (cem) chamadas anuais. Prof. Orlando Fogaça parabenizou o Conselho e destacou que a aprovação era uma "reinvindicação antiga", principalmente do CEFE, que sofre muito com questões de acidentes. Afirmou que o serviço aprovado irá minimizar "muito o sofrimento e o atendimento" necessário em seu Centro. Antes da reunião ser encerrada, Prof. Edmilson Lenardão leu um protocolo formalizando um pedido de providências junto à Reitoria sobre um incidente ocorrido na Divisão de Jardinagem, solicitando o registro e a intervenção da administração, conforme segue: “Profa. Dra Marta Regina Gimenez Favaro, Magnifica Reitora da UEL. Peço providências, se cabíveis, ao ocorrido conforme relato a seguir. Na sexta-feira, dia 10/10/2025, pela manhã, após reunião com prof. Inácio (curso de música) e profa. Zilda Andrade (Pró-reitora de Extensão), ocorrida na sala da pró-reitora, me dirigia ao estacionamento da Reitoria quando encontramos um trabalhador da Jardinagem fazendo serviços próximo à Prorh. Como se trata de conhecido, o cumprimentamos e trocamos algumas palavras. Prof Inácio se retirou e o servidor disse que precisava relatar uma situação e pedir esclarecimentos. Tratava-se de questões sobre meu posicionamento a respeito da realização de horas-extras nos fins de semana no campus, especialmente no caso da Divisão de Jardinagem.

Disse que perguntava porque foi disponibilizado sobre o balcão da secretaria da divisão de jardinagem um documento, no qual o meu nome e o da prof. Andréa (diretora do CCS) estavam sublinhados e cujo texto tratava de horas-extras. Como o servidor não se lembrava naquele momento exatamente de que documento se tratava e dos detalhes do texto, liguei do celular para a secretaria da divisão de jardinagem, me identifiquei, perguntei-lhe sobre o documento citado ao que ele informou que sim estava lá o documento e que seria melhor eu ver pessoalmente para dirimir as dúvidas sobre do que se tratava. Me dirigi então à secretaria da divisão de jardinagem (por volta das 10h) e o servidor que atendeu ao telefonema me apresentou uma cópia da ata da reunião ordinária nº 1588 do Conselho de Administração ad UEL, realizada no dia 24/09/2025. Nesta cópia estavam sublinhados com caneta marca texto dois trechos, vinculados ao item da Pauta nº 5, processo 24.473.607-6 - PCU: Página 129, linha 38, 39 e 40: “Prof. Edmilson também ponderou que a anova modalidade de contratação deveria, idealmente, levar a uma redução de gastos, incluindo horas extras”. Página 131, linhas 5 e ss. [...] a Conselheira [Andréa] parabenizou a iniciativa do chamamento público, mas ponderou que o processo deveria ter incluído uma avaliação da possível redução de horas extras que a anova modalidade de contratação poderia gerar.” [...] A escolha dos textos fala por si só quanto ao conteúdo em foco (horas extras) mas os relatos de que os trechos foram acompanhados, por quem lá o deixou, de afirmações como: “olha aí, o Lenardão e a profa. lá do CCS querem acabar com as horas extras”, e outras similares, levam a inferir que houve intenção caluniosa, mentirosa, com o claro objetivo de colocar servidores daquela divisão em dúvida e gerar sentimentos de hostilidade aos diretores citados, em razão de sua (dos servidores da jardinagem) atual dependência de realizar horas extras para complementar os salários. Depois de tentar esclarecer meu posicionamento quanto a essa temática, me retirei do local. Indignado com tal ação no interior da universidade, pergunto a) se é usual na PCU ou alguma de suas divisões a distribuição de Atas do C.A. com grifos e comentários verbais? b) Se o Prefeito do Campus e/ou chefia da Divisão de Jardinagem possuem conhecimento do relatado e de seu autor/a ou autor/as. Se sim, como agiram diante da situação? Trata-se, no meu entendimento, de comportamento contrário aos princípios que regem o serviço público, especialmente em nossa universidade. Meu posicionamento sobre horas extras na UEL, para que fique registrado e sirva para quem doravante desejar disseminar é o seguinte. Horas extras são o que são, tempo de trabalho remunerado para além da jornada regular de trabalho, e obviamente servem para situações

atípicas. É de se registrar que, a realização de horas extras, devem ser admitidas pelos servidores, não se pode “obrigar” um servidor a fazer hora extra. Na UEL as horas extras estão próximas de se tornarem “regime de trabalho” para grande número de servidores. Isso ocorre por vários fatores, mas o que me parece maior responsável, é o arrocho salarial decorrente da ausência de reposição salarial anual, da falta de atualização nos PCCs dos servidores (especialmente os agentes universitários de apoio, na UEL) e do crescente endividamento dos trabalhadores. As horas extras devem ser sim reduzidas e limitadas a sua razão de ser (trabalho eventual para além da jornada em situações extraordinárias). Ocorre que a realização e pagamento de horas extras em alguns setores da UEL (e da PCU em especial, dadas suas incumbências) se tornou rotineira, usual! Como eu disse, se tornou algo parecido com “um regime de trabalho”. Isso traz várias consequências para o trabalhador, uma delas que aqui cabe destacar é o fato de que os ganhos com hora extra são incorporados à renda mensal (como uma condição perene) sua redução ou extinção causaria o caos nos orçamentos desses trabalhadores. Diante disso, não é de se admirar que os trabalhadores nessas condições fiquem preocupados com quaisquer informações (verdadeiras ou falsas) que digam respeito a esse tema. Dito isso, retomo a análise do ocorrido e relatado acima, claro está que houve intencionalidade em distribuir na divisão de jardinagem cópia de uma Ata do C.A. com grifos em falas específicas de dois diretores de Centro em que a palavra “hora extra” apareceu. Medidas precisam ser tomadas urgentemente, sob risco de a UEL ver transformadas as relações interpessoais internas em campos de batalha, batalhas baseadas em fake news ou informações distorcidas e descontextualizadas!”. Profª Carrie demonstrou apoio em relação a manifestação do professor Edmilson. A Reitora interveio após a leitura da carta para agradecer a manifestação e assegurar o encaminhamento do protocolo e o devido acompanhamento do caso. **17) Processo 24.077.072-5 - PRORH - deliberar acerca do relatório do Grupo de Trabalho instituído para revisar a Resolução CA nº 005/2008, alterada pela Resolução CA nº 031/2025, e estabelecer uma nova metodologia para a definição do preço público de inscrição em Concursos Públicos e PSS para docentes da UEL; deliberar, ainda, acerca da minuta de resolução proposta pelo GT. (Relator: Prof. Dr. Leandro Altimari).** O processo não foi apreciado em função do adiantado da hora. **21) Processo 20.003.546-1 - GR - continuidade da discussão acerca da revisão das Resoluções 180 e 163/2009 (Relatora: Profª Dra. Marta Favaro).** O processo não foi apreciado em função do adiantado da hora. Nada mais havendo a

tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

Marta Regina Gimenez Favaro _____
Reitora

Laura Taddei Brandini _____
Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

João Antonio Cyrino Zequi _____
Diretor do Centro de Ciências Biológicas

Alan Salvany Felinto _____
Diretor do Centro de Ciências Exatas

Silvano Cesar da Costa _____
Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas

Miguel Belinati Piccirillo _____
Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Carrie Chueiri Ramos Galvan _____
Vice- Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Edmilson Lenardão _____
Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Inês Cristina de Batista Fonseca _____
Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues _____
Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Orlando Mendes Fogaça Júnior _____
Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Gabriel Veríssimo dos Santos _____
Representante discente

Aurélio Pereira _____
Representante Titular dos Servidores Técnicos Administrativos

Zilda Andrade _____
Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

Ana Márcia Tucci de Carvalho _____
Pró-Reitora de Graduação

Sérgio Carlos de Carvalho _____
Pró-Reitor de Planejamento

Silvia Meletti _____
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Azenil Staviski _____
Pró-Reitor de Administração e Finanças

Leandro Altimari _____
Pró-Reitor de Recursos Humanos